



TERRAS DE QUILOMBO E A LUTA POR DIREITOS: UM ESTUDO-AÇÃO COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA TOCANTINA

TIAGO CORRÊA, MANOEL LIDUINO E WALDIRENE CRUZ

TERRAS DE QUILOMBO E A LUTA POR DIREITOS: UM ESTUDO-AÇÃO COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA TOCANTINA

QUILOMBO LANDS AND STRUGGLE FOR RIGHTS: A STUDY-ACTION WITH QUILOMBOLA COMMUNITIES IN THE TOCANTINS AMAZON

TIAGO CORRÊA SABOIA¹

tsaboaia@ufpa.br
<https://orcid.org/0000-0002-3093-1872>

MANOEL LIDUINO DE CARVALHO²

terradaliberdадecameta@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0003-6203-5954>

WALDIRENE CRUZ³

walcruz980@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-0280-6758>

Resumo

Este artigo apresenta as primeiras reflexões construídas no contexto de uma investigação-ação-participativa com o território quilombola Terra da Liberdade, em Cametá, Pará. Nesse sentido, destacamos os principais elementos do documento-denúncia elaborado coletivamente, importante produção que carrega muitas vozes, dores, indignação, mas também, esperança. As denúncias e demandas do território foram organizadas em três principais eixos de denúncias: condições de infraestrutura e acesso às comunidades; negação ao direito à educação; negação ao direito à saúde e de proteção social básica. Ao final, abordamos os principais avanços e tensionamentos na luta por direitos no território e apresentamos reflexões a partir da construção coletiva para pensar a caminhada da luta pela superação das desigualdades.

¹ Docente do curso de licenciatura em educação do campo (Fecampo) do Campus Universitário do Tocantins (Cuntins /Cametá) da Universidade Federal do Pará (Ufpa). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (Ppgaa) do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf-Ufpa).

² Quilombola e agricultor familiar. Atualmente é presidente da Associação de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescente de Quilombo Terra da Liberdade, gestão 2019-2025.

³ Liderança quilombola da comunidade Nova Esperança. Acadêmica do curso de agronomia da Universidade Federal do Pará (Ufpa).

Palavras-chave: Quilombo. Estudo-ação. Cametá.

Abstract

This article aims to present the initial reflections developed in the context of a Participatory Action Research with the quilombola territory of Terra da Liberdade, Cametá, Pará. In this regard, we highlight the main elements of the collective complaint document. This significant production carries many voices, pains, and indignation, but also hope. The complaints and demands of the territory were organized into three main areas of grievances: infrastructure conditions and access to communities; denial of the right to education; denial of the right to health and basic social protection. Finally, we discuss the main advances and tensions in the struggle for rights in the territory and present reflections arising from the collective construction to consider the journey of the fight to overcome inequalities.

Keywords: Quilombo. Study-action. Cametá.

Introdução

O presente artigo apresenta os primeiros resultados e análises construídas com o território quilombola Terra da Liberdade com base no caminhar inspirado nos pressupostos teóricos da investigação-ação-participativa (Fals Borda, 1978, 2009, 2013, 2015; Bonilla et al., 1972). Tal caminhar (in)surge de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento,⁴ pautado no compromisso-ação com o movimento quilombola local. As ações com o movimento têm nos permitido contribuir com as estratégias de resistência às condições de opressão impostas pela colonialidade, assim como com o movimento-ação da luta por direitos socioterritoriais. Entendemos a colonialidade a partir da centralidade da hierarquização baseada na ideia de raça como forma estruturante das relações sociais do sistema-mundo (Wallerstein, 1992; Quijano, 2005). O padrão de poder derivado dessas relações, colonialidade do poder, estabelece relações de controle na produção do conhecimento, mas também controle do próprio Estado e de suas instituições (Bernardino-Costa, Crosfoguel, 2016). Ao analisar as políticas públicas governamentais em âmbito federal destinadas às populações quilombolas, Arruti (2009) destaca que a abordagem tem se restringido em grande parte à regularização fundiária, desconsiderando, assim, o conjunto de políticas públicas que deveria acompanhar a política de reconhecimento territorial. As políticas públicas que efetivamente chegam aos territórios quilombolas, titulados ou não, ficam quase exclusivamente vinculadas às gestões estaduais e municipais.

O efeito prático dessa conjuntura transparece em territórios quilombolas com acesso precário a serviços básicos de educação, saúde, habitação, segurança e incentivos à produção de alimentos. Tal descompasso entre o reconhecimento territorial – amparado principalmente pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – e a ausência de políticas públicas têm promovido

⁴ Pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (Ppgaa) do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) da Universidade Federal do Pará.

significativo impacto nas condições de vida das famílias quilombolas. As contradições entre o amparo legal e a efetiva aplicação constituem hoje o maior desafio no que diz respeito ao contexto das comunidades quilombolas no Brasil (Leite, 2008).

Concordamos com Sueli Carneiro (2005) quando situa a condição de pobreza imposta às populações negras como parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos historicamente colocados sob a condição de dominação, tais como os afrodescendentes e os povos indígenas. Esse fato tem conduzido ao esvaziamento do quilombo pela saída dos jovens para melhores oportunidades de estudo e das pessoas mais velhas em busca de trabalho ou acesso à saúde. O esvaziamento do território gera o distanciamento das identidades culturais, da ancestralidade e, consequentemente, o enfraquecimento das lutas por acesso a direitos constitucionais.

Diante do contexto apresentado, acreditamos na importância de pesquisas engajadas na busca pela superação das condições de desigualdades historicamente impostas às populações negras e, em especial, às populações quilombolas. Nesse sentido, a investigação-ação-participativa (IAP) tem se mostrado uma “alternativa a mais entre as ações coletivas de resistência, insurgência, luta e transformação”, como aponta Carlos Rodrigues Brandão (2017, p. 7).

Esse caminhar metodológico requer a urgente e necessária (re)construção de pensamentos outros e de uma práxis também outra para a construção do conhecimento (Walsh, 2005, 2018). Nesse movimento, a pesquisa torna-se algo além da busca por informações e dados. Ela passa a ser compreendida como um campo de luta social, política e produção de conhecimento coletivo e que assume um objetivo muito bem definido, qual seja: a melhoria das condições de vida. Desse modo, concordamos com Bernadino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023, p. 10) quando situam a decolonialidade como projeto acadêmico que tem a “capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do

saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade".

Apresentamos neste artigo o contexto do desenvolvimento e o principal produto elaborado no estudo-ação realizado com comunidades quilombolas localizadas na Amazônia Tocantina.⁵ Acreditamos tratar uma importante produção coletiva, que carrega muitas vozes, dores, indignações, esperanças e utopias e que nos permite pensar-agir acerca das estratégias de luta política do movimento quilombola local.

O caminhar metodológico do estudo-ação

Metodologicamente inspiradas na investigação-ação-participativa de Fals Borda (2009), as reflexões apresentadas neste artigo entendem a pesquisa como movimento de colocar-se ativamente na realidade social estudada, assumindo o compromisso por transformações sociais, com e ao lado das pessoas. Isso implica dizer que há a constante busca de pensar-fazer coletivo em busca de estratégias e caminhos possíveis para a resolução dos principais problemas vivenciados pelas comunidades quilombolas.

Por esse motivo, acreditamos no estudo-ação como modo de produção de conhecimento socialmente engajado e, portanto, a serviço da melhoria das condições de vida das pessoas com as quais pesquisamos (Bonilla et al., 1972; Fals Borda, 2016). Para isso, adotamos neste estudo a dialética anúncio/denúncia como coordenada fundamental, pois, conforme nos ensina Paulo Freire, a denúncia já carrega consigo o anúncio; toda denúncia é carregada de esperança, mas uma esperança proveniente do verbo "esperançar" de Paulo Freire (1992). Por sua vez, todo anúncio é igualmente a superação da condição de opressão, subalternidade e inexistência – portanto, também denuncia.

⁵ Amazônia Tocantina, com base em Nunes (2012) e Pereira (2012), é formada por municípios interligados pelo rio Tocantins em seu baixo curso, com destaque para os municípios que integram a microrregião de Cametá: Abaetetuba, Cametá, Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará e Igarapé Miri.

O território com o qual desenvolvemos o estudo-ação, território quilombola Terra da Liberdade, fica localizado na Amazônia Tocantina, mais especificamente no distrito de Juaba, município de Cametá, estado do Pará. A vila de Juaba é o núcleo urbano mais próximo. São aproximadamente 12km entre o quilombo da Tomázia, primeira comunidade do território, até a vila. Por sua vez, são 26km que separam a vila de Juaba da sede do município. Por esse motivo, a vila de Juaba constitui importante espaço de comercialização e troca de produtos da agricultura familiar das comunidades da região.

Trata-se de território histórico, cuja origem remonta à segunda metade do século 18, constituindo-se como importante núcleo de resistência contra a escravidão na região. Na historiografia, há inúmeros relatos de tentativas de derrubada do quilombo que, de tão imponente, ficou conhecido como Confederação do Itapocu. Lideradas por Felipa Maria Aranha, mais de 300 pessoas fizeram refúgio nas matas localizadas às margens do igarapé Itapocu, formando um dos núcleos de resistência negra mais populosos do estado. O quilombo não apenas resistiu às tentativas de derrubada, como deu origem a outros quilombos na região desde o primeiro agrupamento formado, o quilombo do Mola (Pinto, 2007, 2010).

O Terra da Liberdade é formado por oito comunidades (Tomázia, Itapocu, Mola, Itabatinga médio, Bonfim, Taxizal, Frade e Laguinho) (Figura 1), reconhecidas como território remanescente de quilombo pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em 2013. Vivem no território atualmente cerca de 200 famílias, que exercem a agricultura, especialmente no cultivo de mandioca, como principal fonte de renda e manutenção dos modos de vida no território. Ainda que o reconhecimento das terras ancestrais e de uso coletivo represente no papel um significativo avanço no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais para a dignidade da vida, como saúde e educação, tais direitos têm sido historicamente negligenciados pelo poder público.

De acordo com dados do Iterpa, há no município de Cametá cinco territórios com titulação coletiva reconhecida.⁶ Esses territórios foram constituídos com a luta e reivindicação de direitos via mobilização e organização política coletiva dos diferentes sujeitos sociais que os compõem. Em relação às configurações de organização política, o caminho encontrado como estratégia foi a criação de associações para defesa de interesses coletivos. Acevedo Marin e Castro (1999) destacam a importância desse sistema de representação na inter-relação com o grupo e órgãos públicos, organizações não governamentais e/ou empresas para a articulação política em busca dos objetivos almejados.

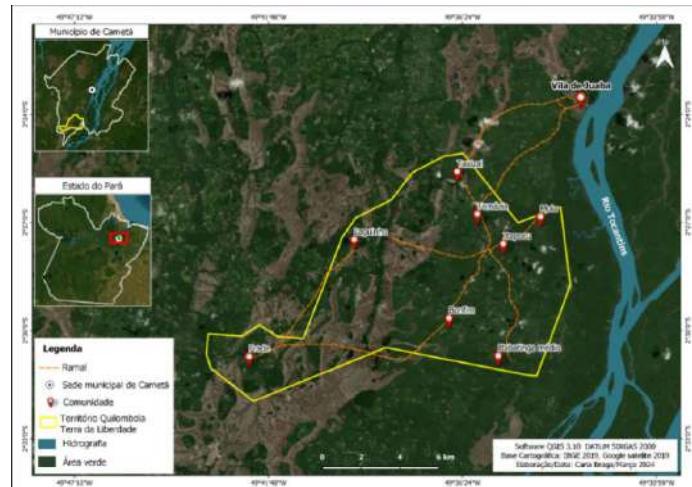
O desenvolvimento do estudo-ação tem seu início a partir de um encontro realizado no quilombo da Tomázia no dia 7 de julho de 2022. O encontro contou com a participação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e de lideranças de comunidades quilombolas do município de Cametá. Na ocasião, foram apresentadas denúncias relacionadas à falta de políticas públicas para os territórios quilombolas. Como principal encaminhamento do encontro, foi sugerido que as comunidades elaborassem um documento com as demandas para ser encaminhado à Promotoria de Justiça Agrária do Ministério Público do Estado do Pará. Foi criado um grupo de trabalho (GT) para organizar um relatório contendo as principais demandas do território quilombola. O GT foi formado por um representante da Universidade Federal do Pará, pelo presidente da Associação de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas Terra da Liberdade e por uma importante liderança quilombola da região, que atualmente é graduanda do curso de agronomia da Universidade Federal do Pará (Ufpa).

Para a elaboração do documento-denúncia, durante os dias 18, 19 e 20 de julho de 2022 foram realizadas visitas às oito comunidades pertencentes ao território Terra da Liberdade, percorrendo mais de 100km (Figura 1) para a escuta por meio de rodas de conversa, levantamento de

⁶ Territórios quilombolas de Porto Alegre, Matias, Terra da Liberdade, Ilha Grande de Cupijó e São Benedito.

informações e registros fotográficos. Foram ouvidas as lideranças e coordenadores das comunidades, professores e professoras das escolas e estudantes.

Dadas as dificuldades de descolamento no território, aplicativos de mensagens também constituíram importante instrumento da pesquisa para obtenção de informações sempre que necessário. Assim, mensagens escritas e áudios são assumidas como forma de escuta no contexto da pesquisa.



O documento-denúncia: o estudo da realidade e a busca por direitos

A partir da escuta nas comunidades, foi possível organizar o documento em três principais eixos de denúncias: condições de infraestrutura e acesso às comunidades; denúncias relativas à negação do direito fundamental à educação; e denúncias relativas à negação do direito à saúde e de proteção social básica. Acompanhando as denúncias, o documento também continha uma série de reivindicações amparadas por aspectos legais. A seguir, serão apresentados os principais elementos do documento-denúncia elaborado.

Da denúncia das condições de infraestrutura e acesso às comunidades

As condições da estrada que conecta o território com a vila de Juaba são uma demanda antiga das comunidades quilombolas Terra da Liberdade. Inúmeros são os relatos de dificuldades de deslocamento em função da precariedade das condições da estrada (principalmente na época de chuva na região), resultado da ausência de manutenção. Esse

Figura 1: Percurso realizado pelo GT durante os três dias de visitas às comunidades do território Terra da Liberdade

Fonte: Elaboração própria.

fato coloca em risco a vida das pessoas que precisam se deslocar para acessar escolas, atendimento médico ou comercializar os produtos da agricultura familiar e do extrativismo, principais fontes de renda das famílias que residem no território.

No verão, a trafegabilidade na estrada de areia é razoável. Pela estrada de terra, com um pouco de habilidade na condução de moto (principal meio de transporte utilizado), consegue-se ir e vir sem grandes dificuldades. No entanto, nesse trajeto de pouco mais de dez quilômetros, há três pequenos corpos d'água (Mucura, Pata Choca e Quatro Bocas), em que há apenas uma ponte trafegável (Quatro Bocas). Nos demais, torna-se necessário atravessar pela água. Na época do inverno amazônico, as condições da estrada pioram drasticamente. Durante esse período, formam-se grandes trechos alagados em quase toda a extensão da estrada, sendo necessária a abertura



de “arrodeios” que permitam passar por aqueles trechos. Em dias com chuvas intensas, as comunidades do território ficam completamente isoladas, uma vez que até o acesso de moto fica impraticável.

Além da estrada para a vila de Juaba, as estradas que conectam as comunidades do território quilombola são igualmente precárias. As pontes improvisadas para a travessia dos muitos igarapés que cortam o território são um risco adicional para as famílias. As imagens da Figura 2 apresentam um pequeno recorte das condições das estradas dentro do território quilombola no período do verão. No inverno amazônico, as condições de trafegabilidade tornam-se ainda mais difíceis.

No que diz respeito à infraestrutura, além das péssimas condições das estradas, em duas comunidades a denúncia de ausência de energia elétrica foi significativa. As comunidades do Laguinho e Taxizal não são atendidas pela concessionária de energia local, mesmo considerado um



Figura 2: Dificuldade de acesso registradas nos caminhos que interligam as comunidades do território

Fonte: Registro de pesquisa.

serviço essencial, conforme estabelecido no art. 10 da lei n. 7.783/1989. O efeito do não atendimento de um serviço básico como esse é a saída das pessoas dessas para outras comunidades ou, até mesmo, para a vila de Juaba.

Denúncias relativas à negação do direito fundamental à educação

As denúncias relacionadas à área educacional destacaram-se como as mais substanciais. Na época da elaboração do documento, julho de 2022, só havia estrutura escolar adequada em apenas quatro comunidades (Tomázia, Itapocu, Mola e Itabatinga médio). Nas demais, a educação escolar era ofertada em locais improvisados (Bonfim, Frade e Laguinho), e na comunidade do Taxizal não havia oferta educacional devido ao número reduzido de residentes. A situação geral da condição das escolas é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Panorama atual da oferta educacional nas comunidades da Terra da Liberdade

Comunidade	Oferta de ensino	Estrutura	Principais problemas relatados
Itapocu	Séries iniciais e anos finais do ensino fundamental	Prédio com quatro salas de aula, cozinha, banheiros, bebedouro, caixa d'água e internet	Falta de manutenção do prédio, falta de pessoal de serviços gerais
Tomázia	Séries iniciais (multissérie e multietapa)	Prédio construído em 2014 com duas salas de aula, cozinha, banheiros, sala de informática	Cadeiras inadequadas para a educação infantil e ensino fundamental Sala de informática sem equipamentos Sem energia elétrica Sem abastecimento de água
Itabatinga médio	Séries iniciais (multissérie)	Prédio com duas salas de aula, cozinha, banheiros, bebedouro, caixa d'água e internet	Cadeiras inadequadas para a educação infantil e ensino fundamental
Mola	Multietapa jardim I ao quinto ano	Prédio com uma sala de aula, cozinha e banheiro	Cadeiras inadequadas para a educação infantil e ensino fundamental

			Sem abastecimento de água
Bonfim	Séries iniciais (multissérie)	Funciona de forma improvisada	Não há escola
Frede	Multietapa jardim I ao quinto ano	Funciona de forma improvisada na casa do coordenador da comunidade	Não há escola
Laguinho	Multietapa jardim I ao quinto ano	Funciona de forma improvisada no barracão da comunidade	Não há escola
Taxizal	Não há oferta		

Em todo o território, os anos finais do ensino fundamental são oferecidos apenas na Emef Maria Pimenta do Espírito Santo, localizada na comunidade de Itapocu. As demais escolas oferecem apenas a educação infantil e séries iniciais (primeiro ao quinto ano) em regime de organização multisseriada. Quanto à oferta do ensino médio, o território está completamente desassistido, obrigando os estudantes ao deslocamento por conta própria e por grandes distâncias até a vila de Juaba ou a cidade de Cametá, uma vez que também não há oferta de transporte escolar em nenhuma comunidade dentro do território.

A mesma situação é vivenciada pelos estudantes do ensino fundamental maior, que precisam realizar o deslocamento até Itapocu, única comunidade em que há oferta desse nível de ensino. A ausência de transporte escolar contribui de maneira significativa para os índices de evasão escolar e baixo número de matrículas dos jovens das comunidades da Terra da Liberdade.

Na comunidade do Bomfim, as crianças estudam em condições precárias em uma pequena construção onde não há ventilador, água, bebedouro nem ao



menos energia elétrica (Figura 3). A pequena cozinha é o único

Figura 3: Escola da comunidade de Bonfim

Fonte: Registro de pesquisa (2022).

compartimento anexo, que auxilia a professora no armazenamento da alimentação escolar que é levada à escola por conta própria.

Na comunidade do Frade, a turma multisseriada funciona na casa do coordenador da comunidade, em uma construção de madeira e piso de chão batido. Conta com apenas um ventilador, um quadro e algumas cadeiras (Figura 4). No local, estudavam 17 crianças do jardim I ao quinto ano.

Na comunidade de Laguinho, a educação infantil e as séries iniciais são ofertadas no barracão da comunidade (Figura 5) que não conta com cozinha, banheiro nem cadeiras adequadas para as crianças. Não havia quadro branco, apenas cadeiras de madeira e uma mesa. A alimentação escolar, quando há, é preparada na casa de um dos moradores da comunidade. Os relatos das lideranças locais denunciam um quadro de precariedade e insuficiência da alimentação escolar disponibilizada pela prefeitura, tendo a própria professora que se deslocar até a cidade para buscá-la. No local, estudavam 25 crianças do jardim I ao quinto ano; no entanto, de acordo com o levantamento realizado, existiam pelo menos 30 crianças em idade escolar na comunidade que não estudavam em função da precariedade da escola.



Figura 4: Casa do coordenador da comunidade do Frade na qual funcionava a escola da comunidade

Fonte: Registro de pesquisa (2022).

A escola da comunidade de Tomázia (Figura 6) atendia a aproximadamente 22 crianças, da educação infantil ao ensino fundamental (séries iniciais), em duas turmas: uma multietapa (jardim I ao segundo ano) e uma multissérie (terceiro ao quinto ano). Inaugurada em 2014, a escola se encontrava sem energia elétrica e sem sistema de abastecimento de água. Tais demandas já haviam sido encaminhadas à gestão municipal inúmeras vezes, sem que, entretanto, houvesse

respostas. Os relatos dos professores denunciavam a falta de materiais básicos para o funcionamento escolar, tais como armários e equipamentos como computador e impressora para auxiliar no trabalho pedagógico e da



coordenação. Situação semelhante ocorre em todas as escolas do território.

No quilombo do Mola, a escola atendia a aproximadamente dez crianças que estudavam em uma turma multietapa (jardim I ao quinto ano). O prédio foi reformado por iniciativa da própria comunidade que comprou os materiais e ofereceu mão de obra.

Em relação à alimentação escolar no território, relatos de professores, coordenadores locais e moradores indicam que, embora a prefeitura forneça os alimentos, as quantidades disponibilizadas frequentemente são insuficientes para garantir uma nutrição adequada a todas as crianças ao longo do mês. Segundo os relatos, em geral eram disponibilizados no máximo 2kg de frango e 4kg de carne para alimentar 25 crianças durante todo o mês. Para o restante do período, as opções disponíveis são bolachas, suco ou achocolatado.

As porções de frutas e verduras também são consideradas insuficientes, o que levava a comunidade local a se organizar para complementar as refeições com porções mínimas desses alimentos em cada refeição servida. Os professores informaram que, em situações em que não havia qualquer tipo de lanche



Figura 5: Barracão da comunidade do Laguinho utilizado como espaço escolar

Fonte: Registro de pesquisa (2022).

Figura 6: Escola da comunidade de Tomázia

Fonte: Registro de pesquisa (2022).

disponível para as crianças, as aulas eram encerradas no horário do intervalo ou, em alguns casos, até mesmo canceladas para que pudesse viabilizar a alimentação junto à comunidade ou solicitá-la à prefeitura.

Outra importante denúncia refere-se ao modo como a alimentação escolar era disponibilizada. Os alimentos fornecidos pela prefeitura não eram diretamente entregues nas comunidades. A responsabilidade pelo transporte recaía sobre os professores ou coordenadores, que assumem os custos do deslocamento dos alimentos da cidade de Cametá até as comunidades, utilizando recursos pessoais para tal finalidade uma ou duas vezes no mês.

A partir das denúncias e amparado pela compreensão de educação como um direito social fundamental (artigo 6º da Constituição Federal, regido pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214 da CF), o documento-denúncia fazia ao poder público a reivindicação de quatro principais pontos: reforma e ampliação da escola da comunidade do Mola; construção das escolas nas comunidades do Laguinho, Frade e Bonfim; distribuição de cadeiras e mesas adequadas à finalidade da educação infantil e ensino fundamental; e garantia da alimentação escolar diferenciada para atender à demanda dos estudantes quilombolas em quantidade e qualidade adequadas, incluindo o número mínimo de porções de frutas e hortaliças por semana conforme disposto pelo Art. 15, § 4, da Resolução n. 38/2009 FNDE.⁷



Figura 7: Escola da comunidade do Mola

Fonte: Registro de pesquisa (2022).

⁷ Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Denúncias relativas à negação do direito à saúde e de proteção social básica

A falta de acesso a serviços básicos de saúde foi outra denúncia recorrente na escuta das comunidades do território. Apesar de haver uma Unidade Básica de Saúde (UBS) próxima, na vila de Juaba, as condições de deslocamento representam um desafio, como já mencionado. Além disso, os relatos denunciam a ausência de equipes da saúde da família e de agentes comunitários de saúde (ACS) em todo o território. O fato revela total descumprimento do decreto n. 7.508, de 28 de julho de 2001, que regulamenta a lei n. 8.080/90 no que diz respeito à atenção básica à saúde.

Com base nas denúncias apresentadas, as reivindicações presentes no documento diziam respeito a garantir agentes comunitários de saúde (ACS); à elaboração de um plano de ação dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e que garantisse a implementação de estratégias para educação em saúde voltadas para o território quilombola; à construção do Centro de Referência de Assistência Social Quilombola (Crasq).

E o que vem depois da denúncia? Avanços, tensionamentos e limites da luta coletiva

Em resposta às denúncias contidas no relatório entregue ao Ministério Público por meio da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, o Ministério Público do Estado do Pará esteve presente no II Encontro Quilombola da Regional Tocantina, ocorrido em 27 de agosto de 2022 na comunidade de Itabatinga médio (Figura 8), com a presença dos representantes de diferentes comunidades quilombolas de Cametá, Baião e Mocajuba, representantes da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), além dos representantes das comunidades da Terra da Liberdade. Representando o Ministério Público, a promotora de Justiça Ione

Nakamura, titular da PJ Agrária em Castanhal e coordenadora do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF/MPPA) e o procurador de Justiça Waldir Macieira da Costa Filho.

Foram apresentadas diversas denúncias acerca dos problemas e dificuldades de viver nas comunidades quilombolas e, também, fortes relatos de casos de racismo, preconceito e discriminação sentidos e vividos por aquelas pessoas e em diferentes contextos, até mesmo na Câmara de Vereadores do município de Cametá.

Após a escuta das muitas denúncias, a promotora Ione Nakamura fez alguns importantes esclarecimentos sobre a forma pela qual as comunidades quilombolas precisavam se organizar para lutar por seus direitos:

O MP tem uma função institucional na nossa constituição de defesa do interesse público e do interesse da coletividade, dos interesses indisponíveis que estão em nossa constituição. O MP pode fazer algumas coisas, mas ele não vai fazer sozinho. Sabem por quê? Os Promotores não moram aqui na comunidade. Eles não sabem a dor que vocês estão sentindo. Mas não adianta mandar uma foto no Whatsapp e dizer “olha, está acontecendo um desmatamento aqui”. Eu posso até saber o que está acontecendo, mas com essa foto só, sem ter um ponto de GPS, sem eu ter outras informações de quem pode estar causando isso, eu não consigo fazer muita coisa. Então, o que o MP pode fazer por vocês e o que vocês podem fazer junto conosco? Porque ninguém faz nada sozinho. Não adianta eu estar aqui se eu não receber a informação de uma forma que eu vou conseguir transformar isso em uma ação. Então a gente precisa se organizar para buscar fazer as coisas do jeito certo. E ainda sim nós vamos ter que lutar e insistir muito. Não é MP que tem que responder, mas nós podemos estar juntos para cobrar de quem tem que dar as respostas. Então o MP precisa da formalização das denúncias, não basta só falar, é preciso documento.

Posteriormente, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Carlos Bordalo, destacou a importância do relatório apresentado à comissão, enfatizando-o como uma iniciativa fundamental para a luta por direitos.

Eu fiquei muito impactado com tudo nesse relatório, mas com uma coisa em particular. Aliás, valorizar esse relatório que foi muito bem feito e é um instrumento de trabalho poderoso. Me permita ler um trecho do relatório “observa-se que, em geral, são disponibilizados no máximo 2kg de frango e 4kg

de carne para atender a alimentação de 25 crianças durante todo o mês". Pelo amor de deus. A ser verdade isso, é um crime contra a humanidade. Isso pode implicar as autoridades públicas de maneira muito séria. Então vamos organizar um conjunto de recomendações para o procedimento da alimentação escolar. Essa é a minha proposta e vou fazer no meu relatório como presidente da Comissão de Direitos Humanos e encaminhar formalmente para o MP.

Nesse sentido, provocado pela promotora de Justiça Agrária, um dos principais encaminhamentos do encontro foi a necessidade do fortalecimento da organização coletiva por meio das associações quilombolas. Houve, também, o compromisso assumido pelo Ministério Público no acompanhamento das denúncias apresentadas pelas comunidades quilombolas do município de Cametá.

Em dezembro de 2022, mantendo o compromisso de acompanhar as demandas dos territórios quilombolas, o Ministério Público esteve presente em um encontro organizado pela Associação da Terra da Liberdade na comunidade da Tomázia para tratar principalmente de demandas educacionais (Figura 9). Na ocasião, estiverem presentes as promotoras Lilian Braga de Cametá (coordenadora do Nierac/MPPA) e Ione Nakamura (Promotoria de Justiça Agrária da 1^a Região/coordenadora do NAF/MPPA), além de Joana Machado representando a Seduc (Coordenadoria do Campo, Água e Florestas).

Durante a reunião, Ione Nakamura reiterou o comprometimento com as demandas do território, ressaltando a necessidade de formalizar todas as solicitações à gestão pública por meio de documentação oficial. Como estratégia para fortalecer as reivindicações, orientou que os ofícios contendo as demandas destinadas à administração municipal passassem a ser encaminhados com cópia para a Promotoria de Justiça Agrária da 1^a Região. Esse encaminhamento visava assegurar uma abordagem com mais segurança jurídica e que estivesse legalmente respaldada para a efetivação das demandas territoriais junto às autoridades competentes. Seguindo a orientação do Ministério Público, a Associação formalizou 23 solicitações, entre ofícios e dossiês, com denúncias às esferas municipal e estadual como estratégia de luta na busca por direitos. Das denúncias, as

áreas de educação e saúde foram as que mais demandaram o açãoamento da esfera pública.

Nesse sentido, consideramos que as estratégias de luta a partir do estudo-ação para subsidiar a elaboração de documentos-denúncia tiveram resultados significativos. Em relação às denúncias e reivindicações apresentadas na área educacional, a gestão municipal executou obras de reforma nas escolas do quilombo da Tomázia e do Mola. Também foram iniciadas obras para construção de duas novas escolas, nas comunidades do Frade e Laguinho. No entanto, mesmo atendendo parcialmente às demandas apresentadas, a efetivação do direito é feita sem a devida consulta às comunidades e esclarecimentos em relação às características das obras, prazos de entrega e até mesmo inauguração.

Quanto ao direito ao acesso à saúde no território, apesar de a prefeitura ter entregue, ainda em 2022, o Centro de Referência de Assistência Social Quilombola (Cras) na vila de Juaba, não foi apresentado nenhum plano de acompanhamento referente a Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família para as comunidades da região.

No dia 3 de fevereiro de 2023, foi realizada reunião com o vice-prefeito, na qual ele se comprometeu com a formação de uma equipe itinerante que ficaria responsável por visitas ao território quilombola, bem como com a destinação de pelo menos dois ACS para a Terra da Liberdade. As duas vagas foram disponibilizadas por meio de processo seletivo público, edital n. 001/2023; no entanto, não foram preenchidas. Assim, o território segue até o momento sem esse atendimento básico por ACS.

Os aspectos relacionados à infraestrutura permanecem como uma das maiores dificuldades no território. Mesmo após inúmeras reivindicações, as estradas que conectam as comunidades do território e a estrada que liga o território quilombola à vila de Juaba não receberam quaisquer tipos de serviços emergenciais até o momento.

Considerações finais

Destinamos a parte final deste texto a três importantes reflexões que emergem diretamente do contexto de produção de conhecimento apresentado neste artigo, mas também da vivência com o movimento quilombola local, que tem apontado caminhos possíveis na investigação-ação-participativa.

A primeira reflexão diz respeito à luta coletiva como um imperativo estratégico para o enfrentamento das condições de desigualdade vivenciadas no contexto das comunidades quilombolas. Assim, torna-se necessário o resgate e fortalecimento da luta coletiva como uma estratégia ancestral de resistência. Significa compreender o quilombo como instituição que atravessa o tempo e se mantém como necessidade básica de organização social. Em suas diferentes dimensões, representa a luta e resistência às diferentes formas de opressão e exclusão. Tais processos são construídos também por suas relações sociais e culturais, sendo, portanto, espaços de resistência cultural (Nascimento, 1985; Moura, 1993).

Consideramos, portanto, ser impossível que a luta por direitos esteja desapartada de estratégias de fortalecimento das identidades quilombolas. Esse caminho, conforme pontua Aimé Césaire (2022), precisa ser entendido como um despertar da dignidade, um rechaço da opressão e um combate contra a desigualdade. Por esse motivo, a investigação-ação-participativa deve estar comprometida e eticamente engajada na emancipação da sujeição do ser a partir de uma raiz profunda de afirmação de identidades territoriais.

Cabe ressaltar que as estratégias de luta não se restringem a formas de mobilização internas ao território. O diálogo com outras comunidades quilombolas e com outras associações, principalmente no contexto do baixo curso do rio Tocantins, o diálogo com instituições como a Malungu, a Cáritas e a Universidade Federal do Pará tem se configurado como uma concreta resistência em rede, a qual tem possibilitado caminhos convergentes para a superação das desigualdades.

Na segunda reflexão, destacamos um dos grandes aprendizados desse início de caminhada de pesquisa e que nos possibilitou traçar estratégias de luta. A busca por direitos inicia-se com a denúncia – mas denúncia compreendida como instrumentalização da indignação, da revolta e da insatisfação com as desigualdades sociais impostas pela colonialidade. A denúncia, portanto, requer a análise da realidade e a busca por sua superação com base no ordenamento jurídico. Eis aqui a potencialidade do caráter pedagógico e político da investigação-ação-participativa. Partir da realidade, das lutas e contextos sociais exige um olhar crítico sobre o que está em jogo, mas que se torna possível com a escuta sensível das dores e anseios dos diferentes sujeitos-território.

Por esse motivo, acreditamos que não há caminho possível a ser trilhado na investigação-ação-participativa que não nasça das múltiplas vozes, sentimentos e vivência dos sujeitos-território. Nesse sentido, o compromisso-ação deve estar implicado com as experiências vividas nos contextos sociais.

O terceiro ponto que consideramos importante destacar é a compreensão de que, no que diz respeito às comunidades quilombolas, a busca por direitos constitucionais, tais como saúde e educação, constitui sua essência como luta pelo direito de ser. No caso específico da Terra da Liberdade, que possui território demarcado, a luta não é pela terra, mas pela proteção de seu território por meio da luta por melhorias das condições materiais da vida, forma de resgate da dignidade do ser.

Nesse sentido, compreendemos que os esforços e estratégias de luta e de pesquisa precisam fortemente confluir para que o quilombo, colocado pelo sistema de dominação colonial como um não lugar, possa insurgir novamente como território do viver, território da liberdade e território da esperança.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Action AID, 2009. p.75-110. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/1013.pdf>. Acesso em 13 mar. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGsFCf8K4BqCr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 14 mar. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

BONILLA, Victor et al. *Causa popular, ciencia popular: una metodología del conocimiento científico a través de la acción*. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1972.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vinte anos depois: memórias e reflexões sobre a Investigação-Ação-Participativa em diálogo com Orlando Fals-Borda. 2017. Disponível em: <https://pensamientosep.cepalforja.org/wp-content/uploads/2023/07/VINTE-ANOS-DEPOIS.pdf>. Acesso em 13 mar. 2024.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. A tragédia do rei Christophe. Discurso sobre o colonialismo. Discurso sobre a negritude. In: *Textos escolhidos*. Trad. Sebastião Nascimento. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

FALS BORDA, Orlando. Reflexões sobre a aplicação do método de estudo-ação na Colômbia. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, p. 771-788, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21827>. Acesso em 17 maio 2024.

FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia,. In: MONCAYO, Victor Manuel. *Orlando Fals Borda: una sociología sentipensante para América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2015 [1970], p. 219-252.

FALS BORDA, Orlando. Hacia el socialismo raizal y otros escritos. In: *Orlando Fals Borda – socialismo raizal y el ordenamiento territorial*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2013 [2007]. p. 35-136.

FALS BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 2009.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. In: FALS BORDA, Orlando et al. *Crítica y política en ciencias sociales: el debate sobre teoría y práctica*. Bogotá: Punta de Lanza, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 965-977, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPx Cv yd/?lang=pt#>. Acesso em 14 mar. 2024.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 73-106, dez. 1999. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/110>.
Acesso em 15 mar. 2024.

MOURA, Clóvis. *Quilombos resistência ao escravismo*. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiáspora*, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos históricos formadores do conceito de Amazônia Tocantina. In: OLIVEIRA, José Pedro; RODRIGUES, Doriedson S.; MENDES, Odete da Cruz. *Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina*. Cametá: Ufpa/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. *Amazônia Tocantina: O território*. In: OLIVEIRA, José Pedro; RODRIGUES, Doriedson S.; MENDES, Odete da Cruz. *Educação, ciência e desenvolvimento da Amazônia tocantina*. Cametá: Ufpa/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia tocantina*. Belém: Ed. Açaí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico*. Cametá: BCMP Editora, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 227-278.

WALLERSTEIN, Immanuel. La creación del sistema mundial moderno. In: BERNARDO PEÑA, Lusi; JARAMILLO, Rosário. *Un mundo jamás imaginado*. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

WALSH, Catherine. Introducción. (Re)pensamiento crítico y (de)colonialidad. In: WALSH, Catherine. *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas*. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005, p. 13-35.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz F.; CANDAU, Vera M. Colonialidade e pedagogia decolonial: para pensar uma educação outra. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 26, n. 83, 2018.

Recebido em: 08 de maio de 2024

Aceito em: 01 de julho de 2024